

## ***QUO VADIS* Universidade do Minho**

Um dos mais exigentes desafios da próxima década, e por isso também mais aliciante, prende-se com a construção do Espaço Europeu de ensino superior (decorrente do processo de Bolonha), para o qual as universidades devem preparar-se, aprofundando mecanismos de autoavaliação e de avaliação externa.

As principais mudanças que se adivinham assentam em causas demográficas (mais alunos em “tempo parcial”, aumento do número de estudantes mais velhos, aumento do número de estudantes estrangeiros, aumento de número de mulheres estudantes), tecnológicas e de globalização, com uma crescente mobilidade de professores e estudantes. A Universidade deve, assim, questionar-se sobre novos temas, nomeadamente: harmonização de sistemas de cooperação, trabalho com a comunidade (controlo público da formação académica), novas responsabilidades públicas, competição na investigação e no ensino, inglês como língua de estudo.

A Universidade do Minho (UM) não deve ficar alheada deste movimento, antes pelo contrário, deve participar nele de forma activa e retirar daí o máximo benefício em proveito dos seus alunos, razão de ser da sua existência. No entanto, para estar “por dentro” do processo, a UM deve situar-se e avaliar as suas potencialidades em dois cenários distintos: o nacional e o internacional.

Na vertente externa e apesar da sua juventude, o desempenho científico e pedagógico da UM tem sido avaliado como de alta qualidade, reflectindo-se em grande competitividade na sua participação em projectos internacionais e na produção científica de qualidade que a prestigiam. Para estes resultados muito tem contribuído o trabalho e a dedicação de um motivado corpo de professores e investigadores. Neste caso, embora sejam desejáveis e indispensáveis políticas institucionais coerentes e de largos horizontes, a iniciativa individual pode “mascarar” a sua ausência com o voluntarismo de iniciativas pontuais e limitadas.

No contexto nacional, em contrapartida, a UM pode considerar-se duplamente periférica:

na sua região de implantação (Norte de Portugal) e relativamente ao centro do poder político nacional de que muito depende a definição das suas políticas institucionais. O actual sistema de financiamento e a “tradicional” visão dos poderes nacionais e regionais têm confluído no estreitamento da sua margem de manobra, que só foi superada, no passado distante, com a compensação de um poder de influência política que se manifestou de forma desproporcionada relativamente a esta dupla periferia. Esta apreciação pode ser demonstrada à saciedade pela situação que se tem vivido nos anos mais recentes, onde a reduzida capacidade de influência política da actual reitoria se tem manifestado deficitária para garantir as suas políticas institucionais.

Perante estes desafios, que rumos poderemos equacionar?

Para atender a este tipo de desafios, há sempre várias abordagens possíveis: uma abordagem de “evolução na continuidade”, com grandiloquentes princípios de adaptação da situação actual com pequenos passos de aparente mudança, mas mantendo substancialmente tudo na mesma; uma visão edílica de como seria uma universidade “ideal” que nunca existirá e que tolda a visão dos decisores para uma efectiva adaptação à realidade em permanente evolução; uma outra ainda que, partindo da situação actual e adoptando uma visão estratégica de antecipação do futuro, propõe passos seguros de mudança numa política reformista, pragmática e de consolidação progressiva.

Perfilhamos esta última visão.

E, concretamente para a UM, o que propomos?

A defesa intransigente dos interesses da UM junto da tutela, promovendo e exercendo influência política, deve ser o ponto de partida para a sua reconsideração como universidade de referência para as políticas institucionais do ensino superior público nacional.

Considera-se crucial, também, o aprofundamento de programas de acção inovadores que visem a atracção de financiamento, de investigadores e de novos talentos, através de

investigação de excelência, elevada qualidade dos projectos pedagógicos, transferência de conhecimentos exemplar, abertura com a indústria, cultura interdisciplinar, elevada empregabilidade dos diplomados e internacionalização em todos os aspectos, com particular enfoque para os países lusófonos.

Por outro lado, a criação de ambientes de trabalho saudáveis e a estruturação de políticas sociais inclusivas para toda a Academia, mantendo uma relação estreita com os seus ex-alunos, devem constituir prioridades para, de forma consequente, transformar a Universidade numa comunidade de afectos.

Universidade do Minho, 16 de Fevereiro de 2009

José M. P. Vieira